

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
Relatório da Audiência concedida à CCP

Aos vinte e nove dias do mês de Abril de dois mil e oito reuniu, pelas 11 horas e 30 minutos, um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR), para receber em audiência a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP).

O Grupo de Trabalho era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- David Martins (PS), coordenador
- Rosário Águas (PSD)
- Hélder Amaral (CDS-PP)
- Agostinho Lopes (PCP)

A Delegação da CCP era constituída pelos seguintes elementos:

- Dr. José António da Silva, Presidente
- Dra. Ana Vieira, Secretária Geral

Assunto: *Horários de Funcionamento do Comércio.*

O Sr. Deputado David Martins iniciou os trabalhos, dando as boas vindas à delegação da CCP e apresentando os Srs. Deputados presentes. De seguida, deu conta do modo de condução da audiência, tendo, seguidamente, dado a palavra à Dra. Ana Vieira e ao Dr. José António da Silva.

A Dra. Ana Vieira começou por agradecer o agendamento célere da audiência, considerando existir um conjunto de aspectos negativos, para além das vantagens, que a CCP considera importante trazer ao conhecimento dos Deputados.

O Dr. José António da Silva interveio de seguida, começando, igualmente, por agradecer o agendamento da audiência. Considerou que a CCP não tem uma posição rígida e o importante é defender o comércio como um todo, encontrando uma solução de equilíbrio entre todos os formatos. Deu conta de alguns elementos estatísticos caracterizadores da temática em análise e da relação de dependência entre comércio e serviços. Quanto ao Projecto de Lei 489/X, considera que as autarquias não têm uma visão de conjunto sobre a matéria e estão sujeitas a diversas pressões.

O Sr. Deputado David Martins agradeceu a intervenção e as informações apresentadas e passou a palavra aos Grupos Parlamentares.

A Sra. Deputada Rosário Águas agradeceu a intervenção e os esclarecimentos prestados, considerando que o diagnóstico feito pela CCP aponta para causas muito mais profundas do que apenas a questão dos domingos, nomeadamente ao nível do ordenamento do território, da inexistência de articulação entre comércio, serviço e indústrias, da desertificação dos centros históricos e a falta de respostas em matéria de arrendamento urbano. Nesse sentido, considera que

a solução para estas problemáticas não se resume à questão dos domingos, até porque os serviços poderão estar encerrados mas devem ser tidos em conta os fluxos de turismo. Considerou, ainda, a existência de outro problema, relacionado com a homogeneização da oferta resultante das cadeias internacionais, onde o comércio poderia desempenhar um papel diferenciador. Concluindo, referiu que o PSD se revê no diagnóstico feito, mas que considera que a solução não passa pela questão dos domingos. Discordou, ainda, da ideia de falta de visão por parte das autarquias. Recordou que as realidades locais são muito diferenciadas, constituindo-se o PJI do PSD uma proposta para que cada autarquia possa ter uma decisão adequada ao seu contexto, numa perspectiva de descentralização da tomada de decisão.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes agradeceu a apresentação efectuada e considerou estar em causa a liberalização total dos horários de comércio, resultante da pressão exercida por parte das empresas de distribuição. Considerou que o encerramento ao domingo não resolve todos os problemas do comércio tradicional, nomeadamente os de licenciamento resultantes da Lei n.º 12/2004. Quanto ao PJI 489/X, referiu que irá gerar um efeito de concorrência entre autarquias, para além do facto de as grandes superfícies terem um âmbito regional, relativamente às quais os municípios não dispõem de competências.

O Sr. Deputado Helder Amaral agradeceu a intervenção e as informações transmitidas pela CCP, iniciando a sua intervenção por recordar que continua válido hoje aquilo que, há 12 anos, não permitia abrir o comércio ao domingo. Acrescentou que se o licenciamento é da responsabilidade do Governo, a nível nacional, então por uma questão de coerência também deve ser de âmbito nacional a definição dos horários de comércio. Referiu ainda que o maior protagonismo de um município pode ter um efeito nefasto sobre municípios vizinhos. De seguida, questionou a CCP sobre se considera que o licenciamento se deve manter sob responsabilidade do Governo, se se deve alterar a área definida no enquadramento legislativo ao nível da definição de horários e se ponderaria concordar com a abertura do comércio ao domingo de manhã (por exemplo), fechando num dia da semana.

O Sr. Deputado David Martins saudou a CCP, recordando, como nota prévia, que a Petição 394/X não defende a obrigatoriedade de abertura do comércio ao domingo, mas sim a liberdade de o fazer. Questionou, de seguida, a CCP sobre a existência de estudos que confirmem a existência de transferência de consumo do domingo para os restantes dias da semana. Solicitou um esclarecimento sobre a posição da CCP relativamente ao conceito de “grande superfície comercial” e questionou sobre como prova a CCP que 98% do comércio está aberto ao domingo. Referiu que o PS concorda que o poder local é uma vitória do 25 de Abril e das pessoas, questionando, nesse sentido, a opinião da CCP sobre se a transposição para as autarquias da decisão sobre os horários de comércio não serviria para responder melhor aos interesses das populações.

A Sra. Deputada Rosário Águas reforçou a importância da defesa da concorrência, propondo, ainda, que a CCP remeta à CAEIDR ou aos Grupos Parlamentares a sua posição sobre as questões da defesa da concorrência no mercado.

O Sr. Deputado David Martins agradeceu as diversas intervenções dos Srs. Deputados e passou a palavra à delegação da CCP para responder às questões colocadas.

O Dr. José António da Silva prestou diversos esclarecimentos adicionais, nomeadamente sobre questões regionais específicas (Algarve), sobre os efeitos na criação do emprego da abertura do comércio ao domingo e as questões da descentralização constantes do PJI 489/X.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Deputado David Martins deu por encerrada a audiência, agradecendo as informações transmitidas.

Lisboa, 29 de Abril de 2008.

O Deputado Coordenador,

(David Martins)

NOTA: Aprovado em Reunião da CAEIDR de 13 de Maio de 2008.